



Seção de Legislação do Município de Mato Queimado / RS

LEI MUNICIPAL Nº 267, DE 10/12/2002

CRIA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MATO QUEIMADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON HENTZ, Prefeito Municipal de Mato Queimado, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica criado o Conselho Tutelar Municipal - CTM - que será regido por esta Lei e pelo que dispuser o seu regimento interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Tutelar será aprovado e publicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a posse do primeiro grupo de conselheiros.

Art. 2º O CTM será formado por cinco conselheiros.

Parágrafo único. Serão eleitos no mínimo 5 (cinco) suplentes de conselheiro.

Art. 3º O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069, e suas alterações, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar, enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, não se subordina aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II - DOS CONSELHEIROS **Seção I - Das Regras Gerais da Eleição**

Art. 4º Para a candidatura ao cargo de Conselheiro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I** - reconhecida idoneidade moral;
- II** - idade superior a vinte e um anos;
- III** - residir no município a pelo menos 2 anos antes das eleições;
- IV** - Ter escolaridade de 2º grau, ou em curso do mesmo.

§ 1º Serão exigidos os seguintes documentos para a realização da inscrição no pleito:

- a)** prova de estar em dia com as obrigações militar e eleitoral, esta mediante certidão da zona de inscrição;
- b)** cartão de identificação do contribuinte (CIC) da Receita Federal;
- c)** indicação dos cargos, funções e atividades exercidos, públicos e privados, remunerados ou não, e dos lugares de residência desde os dezoito (18) anos de idade;
- d)** declaração, subscrita do próprio punho, sobre procedimentos administrativos em que tenha sido indiciado, ações em que seja ou tenha sido réu, no juízo cível ou criminal, protesto de títulos, penalidades no exercício de cargo público ou qualquer outra atividade profissional;
- e)** prova relativa aos antecedentes criminais, com Certidão Negativa Criminal e Alvará de folha corrida judicial;
- f)** documento de identidade.

§ 2º Somente será pré-inscrito o indivíduo que apresentar todos os documentos elencados no parágrafo anterior.

§ 3º Transcorridos no máximo 15 (quinze) dias, do último dia da pré-inscrição, deverá estar homologada, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as inscrições dos declarados aptos a concorrerem ao pleito, constando no mesmo documento de homologação a relação dos declarados inaptos, juntamente com a justificativa para tal.

§ 4º O indivíduo que não tiver a sua inscrição homologada, por ter sido declarado como inapto, poderá recorrer uma única vez na esfera administrativa por meio de requerimento de revisão ao Conselho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de publicação do documento de homologação.

Art. 5º São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 1º Não poderá concorrer o candidato com algum impeditivo de ordem legal sobre seus antecedentes criminais ou civis.

Art. 6º O mandato do Conselheiro Tutelar será de três anos, permitida uma recondução, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abrevie ou prorogue esse período.

Parágrafo único. A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

Seção II - Do Pleito

Art. 7º Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de dezesesseis anos que possuem título eleitoral do Município, em processo regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também ficará encarregado de dar-lhe a mais ampla publicidade, sendo fiscalizado, desde sua deflagração, pelo Ministério Público.

Art. 8º Será de no mínimo 20 (vinte) dias e no máximo 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para os interessados efetuarem a sua pré-inscrição.

Parágrafo único. No ato convocatório constará além do local e horário para a realização da pré-inscrição, os seguintes dados:

- I - Relação dos documentos exigidos;
- II - Prazo de pré-inscrição;
- III - Valor do subsídio mensal do cargo de Conselheiro do CTM para o próximo mandato.

Art. 9º O integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que comprovadamente fraudar ou agir de forma com que privilegie um ou mais candidatos, será excluído do CMDCA, todavia, assegurada à ampla defesa, sendo vedado o seu reingresso no caso de comprovação dos atos irregulares.

Parágrafo único. O Candidato ao cargo de conselheiro do CTM que se beneficiar dos atos previstos no *caput* deste artigo será excluído do pleito, sendo vedado o seu reingresso, mesmo após a eleição.

Art. 10. Todo o cidadão que preencha os requisitos para terem direito a voto é parte legítima para efetuar denúncia qualquer irregularidade mediante requerimento de denúncia fundamentado, cabendo ao impetrante o ônus da prova.

Parágrafo único. Será aberto processo administrativo quando do recebimento do requerimento, e se dará ciência ao Ministério Público da mesma, porém cabe ao Conselho responsável pelo pleito julgar procedente a ação ou não na esfera administrativa.

Art. 11. Os conselheiros serão eleitos em ordem crescente em número de votos, sendo resguardados aos cinco primeiros o direito de investirem os cargos, e os cinco posteriores os de suplentes.

§ 1º Ocorrendo vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

§ 2º No caso da inexistência de suplentes, em qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

Seção III - Das Punições aos Conselheiros

Art. 12. Todo o cidadão que preencha os requisitos para terem direito a voto é parte legítima para efetuar denúncia por prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, mediante requerimento de denúncia movido contra qualquer conselheiro.

Parágrafo único. Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos

responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Art. 13. É dever de todo o conselheiro primar pela verdade, sobretudo quando em julgamento devido a denúncia levantada contra este.

Parágrafo único. O conselheiro que faltar com a verdade de fatos ou de diretos será independente de ter sido condenado ou não, suspenso por 20 (vinte) dias de suas funções, sendo assim, não fará jus ao seu subsídio mensal proporcional ao tempo de suspensão.

Art. 14. Outras penalidades, bem como os procedimentos de julgamento dos casos previstos no artigo anterior serão estabelecidos no Regimento Interno do CTM.

Art. 15. Se no decorrer do processo de averiguação de denúncia ocorrer alteração nas penalidades, estas não retroagirão em nenhum caso.

Seção IV - Do Subsídio Mensal do Cargo de Conselheiro

~~**Art. 16.** O valor do subsídio mensal dos Conselheiros será 1,2 PMS (Piso Municipal de Salários). (NR) (artigo com redação estabelecida de acordo com art. 1º da Lei Municipal nº 1.052, de 19.03.2013) (Vide LM 1.082/2013)~~

~~**Parágrafo único.** O Subsídio dos Conselheiros será pago pelo município em parcela única mensal, sendo vedada a percepção de qualquer vantagem pelo exercício da função, dado ao caráter de existência de relação empregatícia.~~

Art. 16. O valor do subsídio mensal dos Conselheiros será 1,1 PMS (Piso Municipal de Salários). (NR) (artigo com redação estabelecida pelo art. 4º da Lei Municipal nº 639, de 12.03.2008)

~~**Art. 16.** O valor do subsídio mensal dos Conselheiros Tutelares será de 0,90 PMS (Piso municipal de salários). (NR) (artigo com redação estabelecida pelo art. 2º da Lei Municipal nº 449, de 05.04.2005)~~

~~**Parágrafo único.** O Subsídio dos Conselheiros será pago pelo município em parcela única mensal, sendo vedada a percepção de qualquer vantagem pelo exercício da função, dado ao caráter de existência de relação empregatícia.~~

~~**Art. 16.** O valor do subsídio mensal dos Conselheiros será 0,75 PMS (Piso municipal de salários).~~

~~**Parágrafo único.** O Subsídio dos Conselheiros será pago pelo município em parcela única mensal, sendo vedada a percepção de qualquer vantagem pelo exercício da função, dado ao caráter de existência de relação empregatícia. (redação original)~~

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL

Art. 17. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 ambos da Lei Federal nº 8.069, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII da Lei Federal nº 8.069;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII da Lei Federal nº 8.069;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a)** requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b)** representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI da Lei Federal nº 8.069, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

CAPÍTULO IV - DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL

Art. 19. O CTM se manifestará, além de outras formas previstas na Lei Federal nº 8.069, mediante:

- I - Resolução;
- II - Deliberação;
- III - Instrução Normativa;

§ 1º A Resolução é instrumento pelo qual o CTM se regulamentará, e se normatizará, internamente.

§ 2º A Deliberação é o instrumento pelo qual o CTM se manifestará suas decisões, que são irrecorríveis na esfera administrativa.

§ 3º A Instrução Normativa é o instrumento pelo qual o CTM dará ciência a outros órgãos e entidades do município ou ligadas a este por meio de subvenção, de previsões legais de seus atos ou advertindo-os dos ditames legais.

§ 4º O Regimento Interno do CTM será instrumentalizado por Resolução, e neste conterá as previsões específicas para a utilização dos instrumentos arrolados nos incisos deste artigo, bem como, os demais dispostos na Lei Federal nº 8.069.

Art. 20. O Executivo Municipal ao tomar ciência de alterações ou da entrada em vigência de outra Lei Federal que a substitui a Lei Federal nº 8.069 convocará o Conselho Tutelar Municipal para que juntos possam elaborar um anteprojeto de Lei, que altere esta Lei, ou a substitua.

Art. 21. A competência do CTM será determinada:

- I - pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

§ 1º Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

§ 3º Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede estadual da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo Estado.

Art. 22. O CTM para deliberar precisará estar com todos os cinco conselheiros presentes em sessão, no caso de impedimento do conselheiro votar, cujos casos serão estabelecidos no Regimento Interno, ou ainda quando da falta de algum conselheiro, será facultado aos suplentes a participarem da sessão, na ordem crescente de número de votos recebidos no pleito.

§ 1º O conselheiro que faltar sessão terá o desconto proporcional no subsídio do mês em curso.

§ 2º O suplente que quando investido do cargo de conselheiro do CTM fará jus ao recebimento de subsídio proporcional ao tempo de investidura.

Art. 23. O CTM terá um presidente e um vice-presidente, eleitos na forma prevista no Regimento Interno, e o prazo de seus mandatos.

Art. 24. No Primeiro Ano de funcionamento do CTM, o presidente e o vice-presidente serão respectivamente os mais votados no pleito em que estes tomarão posse como conselheiros.

Art. 25. No ato de posse dos cinco conselheiros será também empossado os cargos de presidente e vice-presidente provisórios pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no qual será realizado a eleição para a investidura destes, nos moldes do Regimento Interno.

CAPÍTULO V - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 26. A Lei Orçamentária Municipal deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, e serão custeadas com dotações orçamentárias próprias.

Art. 27. Nos casos em que for concedido valor, exceto o seu subsídio mensal, para o custeio de despesas para execução de determinada diligência ou para cobertura de despesas decorrente de participação de cursos,

simpósios e outros, ficará sujeito às normas de prestação de contas dispostas em Lei Municipal.

CAPÍTULO VI - DOS HORÁRIOS E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CTM

Art. 28. O horário de funcionamento normal do Conselho Tutelar será das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira, sendo os plantões de atendimento serão fixados no regimento interno do conselho, adotando-se o sistema de rodízio entre os conselheiros

Art. 29. Conselho Tutelar Municipal atenderá a população na Rua Monsenhor Wolski 1300. ou em local definido pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Será aplicada uma prova de avaliação de conhecimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) aos inscritos para Conselheiros Tutelar.

§ 1º O candidato que não alcançar um mínimo de 50% de acertos, estará inabilitado de participar como candidato à Conselheiro Tutelar.

Art. 31. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do prefeito Municipal.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete de Prefeito Municipal de Mato Queimado, em 10 de dezembro de 2002.

NELSON HENTZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ORCELEI DALLA BARBA
Secretário da Administração
Finanças e Planejamento